ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO: O PAPEL ESTRATÉGICO DA PRESSUPOSIÇÃO COMO INTRODUTORA DE INFORMAÇÃO PARTILHADA

Paulina de Lira Carneiro
UFRR

Resumo

Concebida, inicialmente, como uma condição a ser satisfeita para o emprego normal de um enunciado, o enfoque atual sobre a pressuposição, no quadro da semântica argumentativa, enfatizará sua atuação como estratégia discursiva. Ao veicular implicitamente informação pressuposta, o locutor impõe um horizonte discursivo ao seu interlocutor, salvaguardando certos conteúdos de contestação posterior por parte deste último. Neste trabalho, enfocaremos o fenômeno semântico-pragmático da pressuposição, investigando sua presença no discurso político. Particularmente, procederemos a uma análise sucinta de um conjunto de excertos extraídos de dois discursos do presidente Lula. Procuraremos comprovar, a partir da perspectiva teórica de Ducrot (1977, 1987), que o uso de conteúdos implicitados sob a forma de pressupostos se reveste de caráter eminentemente argumentativo, constituindo mesmo uma estratégia discursiva do locutor, na medida em que impõe ao interlocutor a aceitação de um conjunto de informações colocadas como (supostamente) pertencendo ao domínio partilhado pelos interlocutores.

Palavras-chave: Pressuposição. Argumentação. Discurso político.

Abstract

Designed, initially, as a condition to be satisfied for the normal use of a statement, the current focus on the presupposition, in the argumentative semantics, emphasize its role as a discursive strategy. To convey information implicitly assumed, the speaker imposes a discursive horizon to his interlocutor, preventing some content that are subject to challenge by the interlocutor. In this work, we will focuse on the phenomenon of semantic-pragmatic presupposition, investigating their presence in political discourse. Particularly, we will outline an analysis of a series of excerpts from two speeches by President Lula. We will seek evidence, from the perspective of Ducrot (1977, 1987), that the use of content in the form of implicit assumptions is very argumentative, even forming a discursive strategy of the speaker in that it requires the to interlocutor acceptance of a set of information placed as (supposedly) being shared by both parties.

Keywords: Presupposition. Argumentation. Political discourse.

Introdução

Objeto de estudo de uma longa tradição filosófica e foco de debates sobre sua natureza semântica e/ou pragmática no interior da Lingüística, a pressuposição consiste em um tipo de implícito ou conteúdo inferencial. Concebidos, segundo Levinson (2007), como inferências que "parecem estar embutidas nas expressões lingüísticas e podem ser isoladas usando testes específicos" (p. 211), os pressupostos são também condicionados por fatores contextuais ou pragmáticos.

Neste trabalho, enfocaremos o fenômeno semântico-pragmático da pressuposição, investigando sua presença em um corpus específico, a saber, o discurso político. Inicialmente, apresentaremos um breve panorama teórico sobre a noção de pressuposição e, subseqüentemente, procederemos a uma análise sucinta de um conjunto de excertos extraídos de dois discursos do presidente Luís Inácio Lula da Silva

Na análise dos referidos recortes textuais, procuraremos comprovar, a partir da perspectiva teórica de Ducrot (1977, 1987), que o uso de conteúdos implicitados sob a forma de pressupostos se reveste de caráter eminentemente argumentativo, constituindo mesmo uma estratégia discursiva do locutor.

Breves considerações teóricas sobre a noção de pressuposição

O interesse no estudo da pressuposição surgiu fora dos limites da Lingüística, no âmbito da Lógica, e uma extensa literatura de base filosófica foi produzida sobre o tema. O lógico alemão G. Frege foi o primeiro a abordar o fenômeno, ao discutir questões relativas à noção de referência.

Frege observou que os nomes simples ou compostos empregados como sujeitos de uma asserção implicam na suposição de sua própria referência, ou seja, tais expressões *pressupõem* a existência dos seres por elas referidos. Assim, a célebre frase *Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria*, segundo Frege, veicula duas informações com status diferenciado, a saber:

a) *existe alguém que descobriu a órbita elíptica dos orbitais.*

b) *este alguém morreu na miséria.*

Frege sustenta que a informação explicitada em a) não faz parte do conteúdo semântico afirmado na sentença, uma vez que é também compartilhada pela asserção contrária (ou negativa) e pela forma interrogativa da mesma. Desse modo, b) constituía o conteúdo efetivamente afirmado (ou *posto*) pela sentença, ao passo que a) correspondia a um conteúdo *pressuposto*. A relação de pressuposição seria, por sua vez, formulada nos seguintes termos: uma sentença **A** pressupõe outra, **B**, sempre que tanto a verdade como a falsidade de **A**, implicam a verdade de **B** (LEVINSON,2007).

A pressuposição era, além disso, vista como uma condição a ser satisfeita para o emprego normal de um enunciado, de modo que as sentenças cujos pressupostos são falsos carecem de valor de verdade, isto é, não são avaliáveis em termos de verdade ou falsidade. De acordo com a análise fregeana, por exemplo, a frase *O rei da França é calvo*, que exibe um pressuposto existencial (pp.*existe um rei na França*) que se revela falso, não poderia ser considerada nem verdadeira nem falsa[1].

Nos domínios da Lingüística, o enfoque atual sobre a pressuposição enfatiza, sobretudo, questões relativas a seu status de informação implícita e sua distinção face ao subentendido (ou implicatura)[2], bem como sua atuação como estratégia discursiva.

Como vimos acima, os pressupostos são conteúdos implícitos, inferíveis a partir do posto, mas cuja verdade independe da verdade ou falsidade deste, isto implica dizer que os pressupostos de um enunciado estão imunes à negação. Por conseguinte, ao veicular implicitamente informação pressuposta, o locutor impõe um horizonte discursivo ao seu interlocutor, salvaguardando certos conteúdos de contestação posterior por parte deste último. Segundo Ducrot, o pressuposto é, de fato, "apresentado como uma evidência, um quadro *incontestável* no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se" (DUCROT, 1987, p.20, grifo meu).

Segundo Vogt (1977), a pressuposição estabeleceria uma espécie de "acordo de base" que o locutor impõe a seu interlocutor, instituindo, assim, uma "presunção de adesão dos auditores", como ponto de partida para sua argumentação (id., ibid., p.265).

Nesse sentido, Ducrot acrescenta ainda que a estratégia de manipulação discursiva empreendida pelo uso da pressuposição consiste justamente no fato de que o pressuposto é apresentado como se fora uma informação compartilhada[3] pelos dois participantes do discurso, como pertencendo ao "nós".

A utilização de pressupostos permite, em última análise, ao locutor retirar-se da responsabilidade pelo que é dito, na medida em que partilha esta com o ouvinte, "*disfarçando* o que diz sob a aparência de uma crença comum" (DUCROT, ibid., p.21, grifo meu).

Outros aspectos vinculados à teoria da pressuposição foram também

[1] Levinson (2007) observa que, além das descrições definidas (como o sintagma nominal *o rei da França* acima), outros fenômenos lingüísticos acionadores de pressupostos foram estudados já na perspectiva filosófica, a exemplo das orações temporais, as expressões nominais quantificadas e os verbos de mudança de estado.

[2] Por razões didáticas e em função dos limites deste trabalho, não reproduziremos, nesta exposição, as discussões a propósito da distinção entre pressupostos e subentendidos, apresentadas em Ducrot (1987), para cuja referência remetemos o leitor.

[3] Segundo Moura (1999), o conhecimento compartilhado compreende "um conjunto de proposições que são aceitas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte" (p.17).

revistos no quadro da semântica argumentativa. Além da subsistência frente a transformações sintáticas como a negação e interrogação – critérios clássicos para a detecção de pressupostos – Ducrot (1977, 1987) postulou um terceiro critério a fim de caracterizar o status da informação pressuposta, a saber, o encadeamento. Ducrot demonstrou que quando uma frase **A**, que encerra pressuposto, é encadeada a uma outra, **B**, produzindo uma frase complexa através de uma conjunção de coordenação ou subordinação, o elo de subordinação incidirá apenas sobre o conteúdo posto, não concernindo ao(s) pressuposto(s).

A título de exemplificação, tomemos a frase ***Pedro parou de bater em sua mulher***, que veicula como pressuposto *Pedro batia em sua mulher no passado* e, na categoria de posto, *Pedro não bate em sua mulher atualmente*. Se a inserirmos em uma frase complexa, encadeando sobre ela uma continuação discursiva tal como ***porque foi denunciado à polícia***, constatamos que o elo de causalidade expresso agora se refere apenas ao conteúdo posto, mas não ao pressuposto. Ou seja, a denúncia à polícia é motivo para o marido em causa não bater mais na mulher hoje (posto), e não para que tenha batido nesta outrora (pressuposto).

Os pressupostos seriam, pois, indicações colocadas "à margem da linha argumentativa do discurso" (DUCROT, 1987, p.38), o que eximiria o locutor de ter de discuti-los. Para Ducrot, "dizer que pressuponho X é dizer que pretendo obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X" (id., ibid., p. 42).

Ducrot (1988) analisou também a pressuposição no quadro da teoria polifônica da enunciação. Vale lembrar que o autor a descrevera, em princípio, em termos de atos ilocutórios. Assim, um enunciado como *Pedro parou de fumar* realizava, segundo Ducrot, dois atos de fala distintos, um de pressuposição, enunciando o conteúdo *Pedro fumava anteriormente* e outro de asserção, referente ao conteúdo posto *Pedro não fuma atualmente*. Verificou-se, contudo, a impropriedade de tal descrição, posto que os enunciadores não podiam ser responsáveis por um *ato* de pressuposição pelo fato de que consistem tão somente em *pontos de vista* que se expressam através da enunciação, e que, conseqüentemente, não detêm palavras em sentido estrito.

Logo, Ducrot retificará sua análise da pressuposição, postulando que os conteúdos pressuposto e posto consistem, na verdade, em *pontos de vista* sustentados pelos enunciadores E1 (informação pressuposta) e E2 (conteúdo posto), respectivamente. Assim, no exemplo supracitado (*Pedro parou de fumar*), o locutor põe em cena dois enunciadores, a saber:

E1 – pp. Pedro fumava antes

E2 – p. Pedro não fuma atualmente

O autor faz notar que o locutor assimila-se apenas a E2, ou seja, é dado como responsável somente pelo que é posto ou afirmado no enunciado.

No entanto, o locutor manterá relativamente a E1 (enunciador do pressuposto) uma atitude de aprovação, dado que este último é caracterizado como um enunciador genérico, uma voz coletiva, no interior da qual o locutor também se insere.

O caráter semântico e/ou pragmático da pressuposição tem sido discutido ao longo dos anos e os pressupostos ora foram descritos como traços de frases ou sentenças (unidades semânticas teórico-abstratas), ora como inferências trazidas pelo enunciado (unidade concreta e pontual da língua em uso, de ordem pragmática, portanto). O próprio Ducrot, inclusive, inicialmente delegou os pressupostos ao componente lingüístico, e, posteriormente empreendeu uma revisão de seu ponto de vista, capitulando que nem todos os pressupostos de um enunciado estão previstos desde a significação da frase da qual ele é uma atualização (DUCROT, 1987).

Logo, a despeito de estar intimamente ligada à estrutura superficial das sentenças, dado que é acionada por palavras ou construções lingüísticas específicas[4], a pressuposição também exibe uma faceta pragmática, sendo sensível a fatores contextuais. Segundo Moura (1999), "a determinação do pressuposto depende do contexto (mais precisamente, do repertório de conhecimentos compartilhados dos interlocutores) e os pressupostos podem ser cancelados em algumas situações" (p.29).

Por último, vale notar a natureza ambígua da pressuposição, descrita por Vogt (1977), que lhe confere originalidade enquanto recurso argumentativo. Para Vogt, ela "ganha em malícia e envolvimento, no que tem de implícito, e acrescenta em determinação e orientação do discurso, na medida em que explicita, pois que é lingüístico, mas se guarda, pois que é ato de preservação" (VOGT, ibid., p.266).

A pressuposição como estratégia argumentativa no discurso político

Nesta seção empreenderemos uma breve análise de excertos textuais de dois discursos proferidos pelo presidente Lula por ocasião de sua reeleição no pleito eleitoral de 2006[5]. Procuraremos identificar a presença de

[4] Com base em Levinson (2007), Moura (1999) cataloga as seguintes estruturas lingüísticas como expressões introdutoras de pressuposição: descrições definidas, verbos factivos, implicativos e de mudança de estado, expressões iterativas e temporais, sentenças clivadas.

[5] Os discursos adotados como corpus foram um pronunciamento feito pelo presidente em 30-10-2006, quando da confirmação de sua reeleição, e o discurso proferido por Lula em 14-12-2006, no ato de sua diplomação. Para fins didáticos, e em razão de sua ordenação cronológica, nas citações internas da análise, referiremo-nos ao primeiro como D1 e o segundo como D2. Ambos os textos foram obtidos em meio eletrônico, junto à versão *on line* do jornal Folha de São Paulo (www.folhaonline.com.br).

pressupostos, tencionando evidenciar as estruturas lingüísticas responsáveis pela ativação de tais conteúdos, bem como o papel desempenhado pela pressuposição nas referidas seqüências.

Podemos constatar, nos recortes em exame, que as informações pressupostas atuam na construção de uma imagem positiva do primeiro mandato presidencial, colocada à margem de questionamentos, graças ao caráter incontestável dos conteúdos pressupostos.

No trecho transcrito a seguir, podemos identificar uma série de pressupostos que corroboram a idéia de que o primeiro mandato de Lula trouxe conquistas em diferentes áreas, sedimentando, assim, uma situação confortável no momento em que o governante assumirá a presidência pela segunda vez.

> (1) "E eu penso que tudo isso me dá a segurança de dizer a vocês que vamos fazer um segundo mandato muito melhor do que fizemos o primeiro. Muito melhor. Não tenho dúvidas de que o Brasil vai crescer mais. Não tenho dúvidas de que vai aumentar a distribuição de renda neste país. Não tenho dúvidas de que vai aumentar a consolidação da política externa brasileira. Não tenho dúvidas de que vai aumentar o combate à corrupção neste país. Não tenho dúvidas de que vai continuar o fortalecimento das instituições do país. [...] Todo povo brasileiro votou exatamente porque tem esperança de que as coisas podem andar mais rápido e ainda melhor do que andaram no primeiro mandato." (D1)

pp[1]. O primeiro mandato de Lula foi bom
pp[2]. O Brasil já exibe um nível de crescimento (no momento da enunciação)
pp[3]. existe uma política de distribuição de renda no país (no presente da enunciação)
pp[4]. já há um processo de consolidação da política externa brasileira
pp[5]. já há combate à corrupção no Brasil
pp[6]. houve um processo de fortalecimento das instituições do país (no passado)
pp[7]. as coisas andaram rápido e bem no primeiro mandato.

As estruturas comparativas presentes no início (*muito melhor do que*) e final (*mais rápido e ainda melhor do que*) do recorte são responsáveis pela ativação dos pressupostos pp[1] e pp[7], respectivamente. Por outro lado, descrições definidas como *"a distribuição de renda"*, *"a consolidação da*

política externa brasileira" e *"o combate à corrupção"* introduzirão um conjunto de pressupostos existenciais (pp[3], pp[4] e pp[5]). Outras estruturas lingüísticas atuam também nesta seqüência textual como acionadores de pressuposição, a exemplo de intensificadores adverbiais (*mais*, para o pp[2]) e verbos de mudança de estado (a locução verbal *vai continuar*, responsável pelo pp[6]).

Através dos pressupostos acima, o locutor vai, de modo implícito, delineando um "pano de fundo" para o seu discurso, colocando como (pretensamente) conhecidas as (supostas) realizações empreendidas no seu primeiro governo. Com efeito, segundo Ducrot (1987), "introduzindo uma idéia sob a forma de pressuposto procedo como se meu interlocutor e eu não pudéssemos deixar de aceitá-lo" (p.20)

A pressuposição se revestirá, assim, da dupla função de avalizar as informações que deseja impor ao seu interlocutor (povo brasileiro) e, simultaneamente, salvaguardar o locutor (presidente Lula) de retratação. Isto se dá precisamente porque a pressuposição, como vimos acima (vide item **2**), permite ao locutor, não só enunciar conteúdos colocados como compartilhados (e, portanto, supostamente, aceitos como verdadeiros), mas, igualmente, ao fazê-lo, retirar-se da responsabilidade pelo que é dito (uma vez que esta é repassada ao "nós").

O emprego de descrições definidas será um expediente recorrente por parte do locutor, a fim de "relembrar"[6] ao interlocutor os benefícios assegurados já no primeiro mandato. É o que constatamos nas duas seqüências a seguir.

> (2)"Porque o povo sentiu na mesa, sentiu no prato e sentiu no bolso a melhora da sua vida. Mais importante ainda: o povo sentiu isso no seu cotidiano. Ele sentiu isso na vida dos seus amigos e na vida de sua família". (D1)

> (3)"Temos, agora, o desafio de acelerar o crescimento econômico e avançar ainda mais na construção da justiça social, de modo a que o País garanta a todos os seus filhos e filhas os direitos essenciais da cidadania".
> (D2)

[6] A propósito, vale lembrar aqui a relação de anterioridade temporal do pressuposto frente à enunciação, assinalada por Ducrot (1987). Segundo o autor, o pressuposto é da ordem de um "passado enunciativo", por assim dizer, pois "mesmo que, de fato, nunca tenha sido introduzido anteriormente ao ato de enunciação, ele procura sempre situar-se em um passado do conhecimento, eventual ou fictício ao qual o locutor parece referir-se" (p.20).

No trecho (2) transcrito acima, a nominalização expressa pelo sintagma *a melhora de sua vida* ativa o pressuposto de existência *pp. A vida do povo brasileiro melhorou*, e, igualmente, a descrição definida *o crescimento econômico* presente em (3) introduzirá a informação pp. *há um certo nível de crescimento econômico (no momento da enunciação)*. Em (3) identificamos ainda outros dois pressupostos. Veiculando a idéia de que a justiça social é uma meta perseguida desde o primeiro mandato, temos o pp. *O país já avançou, em alguma medida, no que concerne à construção da justiça social*, acionado pela intensificador adverbial *ainda mais*. Por sua vez, o advérbio *agora*, ao introduzir o pp. *Já enfrentamos outros desafios antes*, referenda a qualificação do governo Lula para enfrentar os novos desafios do segundo mandato.

Os verbos de mudança de estado atuarão, de modo análogo, impondo ao interlocutor subliminarmente, sob a aparência de informação compartilhada, a aceitação de dados positivos referentes ao primeiro governo Lula. A título de ilustração, veja-se a ocorrência do verbo *continuar* e os respectivos pressupostos por ele ativados nos dois recortes a seguir.

> (4)"Nós queremos **continuar** fortalecendo o mercado interno, fortalecendo as exportações. E eu penso que contra esses argumentos nós não temos adversários".(D1)
>
> pp. O governo Lula vem fortalecendo o mercado interno e as exportações
>
> *(5)* "**Continuaremos** a governar o Brasil para todos, mas **continuaremos** a dar mais atenção aos mais necessitados. Os pobres terão preferência no nosso governo. As regiões mais empobrecidas terão no nosso governo uma atenção ainda maior, porque nós queremos tornar o Brasil mais equânime". *(D1)*
>
> pp[1]. Lula governou para todos (no passado, em seu primeiro mandato)
> pp[2].O governo Lula deu mais atenção aos mais necessitados (em seu primeiro mandato)

Em (5), além disso, a expressão comparativa *ainda maior* é responsável por ativar um terceiro pressuposto, qual seja, pp[3]. *As regiões mais empobrecidas receberam atenção no (primeiro) governo Lula.*

Constatamos, particularmente, nesse último recorte, que a ênfase pressuposicional incide sobre o caráter popular do governo Lula, a sua meta

prioritária da inclusão social. Saliente-se, aliás, que o presidente Lula se elegeu, alavancado pela imagem de "homem do povo" (dada a sua origem humilde) e o slogan de seu primeiro governo (e também do atual mandato) é justamente "Brasil, um governo de todos".

Essa imagem de governo (supostamente) popular é também reforçada, na medida em que o locutor enfatiza que as mudanças ocorridas no Brasil são fruto de um processo democrático, em que o próprio povo constitui-se como agente de transformação, uma vez que soube eleger um representante legítimo. É o que podemos observar no emprego da pressuposição nas seqüências abaixo:

> (7) "As eleições que o Brasil acaba de realizar comprovaram de forma inequívoca **a solidez e a maturidade da democracia política** em nosso país".(D2)
>
> pp. **A democracia política no Brasil é sólida e madura**
>
> (8) "Dou os parabéns aos mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras que, nos dias 1º e 29 de outubro, foram às urnas para manifestar, de forma livre e soberana, **a sua vontade política**" (D2)
>
> pp. **O povo tem vontade política**
>
> (9) "[...] A vitória não é do Lula, não é do PT, não é do PC do B, não é do PRB, do PMDB, não é de nenhum partido político, a vitória é eminentemente da **sabedoria do povo brasileiro"**.(D1)
> pp. **O povo brasileiro é sábio**
>
> (10)"Acabou-se o tempo, e quero afirmar isso com a maior convicção, acabou-se o tempo em que algumas pessoas ousavam dizer neste país, que eles diziam para o povo como é que o povo tinha que votar, acabou-se o tempo do voto de cabresto neste país, acabou-se o tempo em que o povo ia perguntar o que fazer na época da eleição, como votar". (D2)
>
> pp. **O povo não votava de acordo com sua vontade (antes do governo Lula)**

Nos recortes (7), (8) e (9), as descrições definidas (em grifo) atuam uma vez mais como ativadoras de pressupostos, ao passo que, em (10), o verbo de mudança de estado *acabou-se*, reiterado ao longo do trecho, desempenha essa função.

Por fim, embora limitada, a amostra constituída pelos excertos examinados evidencia a presença da pressuposição como estratégia argumentativa privilegiada pelo locutor. Nas seqüências como um todo, julgamos que a ênfase conferida, pelo uso de pressupostos, às "conquistas" do primeiro mandato constroem uma garantia discursiva de que o (suposto) equilíbrio já assegurado será mantido, um salvo-conduto que credencia o locutor-presidente a assumir o governo pela segunda vez. Ecoando um velho slogan político, o locutor implícita: "Quem fez, fará..."

Considerações finais

De um modo geral, pudemos observar que a veiculação de conteúdos implicitados sob a forma de pressupostos exerce uma função argumentativa nos recortes analisados, na medida impõe ao interlocutor a aceitação de um conjunto de informações colocadas como (supostamente) pertencendo ao domínio partilhado pelos interlocutores. Proferidos na iminência do segundo mandato presidencial, esses discursos vão construindo, através do uso da pressuposição (evidenciado na amostra sob exame), uma imagem positiva do primeiro governo Lula, que se presume aceita e correspondente à realidade vivenciada pelos interlocutores do presidente, o povo brasileiro.

Desse modo, a pressuposição revela-se para o locutor um recurso semântico-pragmático eficaz, dado que permite impor ao seu interlocutor um simulacro de realidade, sem que se lhe ofereça a possibilidade de discordância. Confirma-se, assim, nos excertos analisados, que, conforme preconiza Ducrot (1987), a pressuposição "possibilita aprisionar o ouvinte em um universo intelectual que ele não escolheu, mas que lhe é apresentado como coextensivo ao próprio diálogo. Esse universo não pode ser mais negado nem questionado sem que o referido diálogo seja rejeitado em sua totalidade" (DUCROT, 1987, p.30).

Por último, os resultados observados ao fim dessa breve análise, sob o viés da semântica argumentativa, autorizam-nos a concluir, na esteira de R. Ilari e W. Geraldi, que as línguas "servem a propósitos de envolvimento e pressão: a linguagem, em última análise, é um instrumento não informativo mas político". (ILARI, GERALDI, 2006, p.83).

Leia Escola, Campina Grande, vol. 7, nº 1, 2007 – ISSN 1518-7144

Referências

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística; dizer e não dizer*. Cultrix: São Paulo, 1977.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Polifonia y argumentación; conferencias del seminário Teoría de la argumentación y análisis del discurso*. Cali: Universidad del Valle,1988.

ILARI, Rodolfo, GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Trad. Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MOURA, Heronides M. M. *Significado e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 1999.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática, 1977.